

Extensão universitária e educação popular: saberes em luta na Amazônia maranhense

Cíndia Brustolin¹, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior²

Resumo

As experiências do projeto de extensão “Escola de Educação Popular no Corredor Carajás: Cidadania, Direitos Humanos e Direitos da Natureza” permitem refletir acerca dos processos formativos que envolvem jovens expostos às situações de conflitos territoriais e ambientais em locais afetados por empreendimentos desenvolvimentistas do Corredor Carajás, na Amazônia maranhense, além de contribuir para pensar a educação popular nesses contextos. Logo, o objetivo deste artigo é refletir sobre a educação popular, bem como caminhos e escutas, fortalezas e desafios, a partir de encontros, experiências dos territórios e esforços de jovens por sentir, compreender e agir diante dos conflitos. A elaboração do artigo está fundamentada no acompanhamento direto dos processos de preparação e execução dos processos formativos, do exame do material pedagógico, dos relatos produzidos a cada encontro, além de relatórios gerais feitos pela equipe. A Escola de Educação Popular é concebida como um espaço de fortalecimento da pluralidade de vozes que emergem dos conflitos, da preservação das memórias de luta, do compartilhamento de experiências e da socialização de pesquisas e investigações em temáticas afins, bem como da construção de saberes partilhados que sustentam outras formas de pensar e viver.

Palavras-chave

Extensão universitária. Escola de Educação Popular. Sistematização de experiências. Conflitos socioambientais e territoriais. Corredor Carajás.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; professora na Universidade Federal do Maranhão, Brasil. E-mail: cindia.brustolin@ufma.br.

² Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; pós-doutoral em Sociologia pela mesma instituição; professor na Universidade Federal do Maranhão, Brasil; líder do Grupo de Estudos "Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente" na mesma instituição. E-mail: horacio.antunes@ufma.br.

University outreach and popular education: knowledge in struggle in the Amazon region of Maranhão, Brazil

Cíndia Brustolin¹, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior²

Abstract

The experiences of the outreach project “School of Popular Education in the Carajás Corridor: Citizenship, Human Rights, and Rights of Nature” make it possible to reflect on formative processes involving young people exposed to territorial and environmental conflicts in places affected by developmental enterprises in the Carajás Corridor, in the Amazon region of Maranhão/MA, Brazil, while also contributing to thinking about popular education in these contexts. Thus, the aim of the article was to reflect on popular education, as well as on paths and forms of listening, strengths and challenges, based on encounters, territorial experiences, and the efforts of young people to feel, understand, and act in the face of conflicts. This article is grounded in the direct monitoring of the preparation and implementation of formative processes, the examination of pedagogical material, the reports produced at each meeting, and general reports made by the team. The Popular Education School is conceived as a space for strengthening the plurality of voices that emerge from conflicts, preserving the memories of struggle, sharing experiences, and socializing research and investigations on related themes, as well as building shared knowledge that supports other ways of thinking and living.

Keywords

University outreach. School of Popular Education. Systematization of experiences. Socio-environmental and territorial conflicts. Carajás corridor.

¹ PhD in Sociology, Federal University of Rio Grande do Sul, State of Rio Grande do Sul, Brazil; professor at the Federal University of Maranhão, State of Maranhão, Brazil. Email: cindia.brustolin@ufma.br.

² PhD in Human Sciences (Sociology), Federal University of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, Brazil; postdoctoral degree in Sociology from the same institution; professor at the Federal University of Maranhão, State of Maranhão, Brazil; leader of the Study Group “Development, Modernity, and the Environment” at the same institution. Email: horacio.antunes@ufma.br.

Introdução

Desde 2014, trocar saberes e fortalecer a luta (Santos; Silva, 2021) tem sido experienciado por jovens de povos e comunidades tradicionais que vivem em territórios atravessados pelo Corredor Carajás³, no Maranhão (MA), e que lutam pela manutenção de seus modos de vida em meio a cenários políticos e econômicos que os excluem e desumanizam. Em geral, há diversas maneiras de fortalecer possibilidades de pensar para suas comunidades, caminhos distintos daqueles pactuados por elites políticas e econômicas como melhor destino para a Amazônia Oriental, como estar imersos conjuntamente em um dos territórios de vida, ouvir falar de aliados, relatar as questões que os afligem e visitar diversos locais. Isso, um pacto, foi realizado na década de 1970, sob os auspícios do regime ditatorial, e perpetuado em cada empreendimento desenvolvimentista que se instala na região, usurpando terras; canalizando igarapés; poluindo o ar, a água e os solos; destruindo a vida, plantando práticas que levam a um caminho de exploração da natureza e do homem, pensados como recursos a serem consumidos.

A partir da provocação feita por lideranças comunitárias, o Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente da Universidade Federal do Maranhão (Gedmma/UFMA), juntamente com a organização Justiça nos Trilhos (JnT), planejou a execução de um projeto de extensão universitária cujo eixo é um curso de formação em “Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental”, destinado a um público formado por jovens de comunidades situadas ao longo do Corredor Carajás. Assim, em 2014, iniciou-se o projeto de extensão denominado “Programa Grande Carajás: Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental” – informal e afetuosamente, intitulado “Formação Política”. A partir de julho de 2024, buscando adequar a denominação do projeto à realidade de sua execução, houve um consenso da equipe de coordenação do projeto que culminou na alteração de seu nome para “Escola de Educação Popular no Corredor Carajás: Cidadania, Direitos Humanos e Direitos da Natureza”.

O curso encontra seus fundamentos na educação popular enquanto projeto de formação educacional crítica e cidadã, comprometida com os povos, as comunidades

³ Neste artigo, operamos com a categoria “Corredor Carajás” para designar territórios dos estados do Maranhão (MA), Tocantins (TO) e Pará (PA), incluídos no antigo Programa Grande Carajás (PGC) – um gigantesco programa de desenvolvimento regional que abrangia cerca de 900.000 km² e que, ainda hoje, tem como eixo central a Estrada de Ferro Carajás (EFC). A EFC foi inaugurada em 1985, com 892 km, e conecta grandes minas de minério de ferro no sudeste do Estado do PA com o Terminal Portuário da Ponta da Madeira, localizado às margens da Baía de São Marcos, no município de São Luís, capital do MA (Sant’Ana Júnior; Cardoso, 2020).

tradicionais e seus saberes, cuja origem remete às lutas históricas e ações com base em movimentos sociais no Brasil. Centra suas ações na construção de caminhos para a prática da liberdade, na qual se fortaleçam “homens-sujeitos [que cultivem uma] postura de autorreflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço” (Freire, 1967, p. 36). Busca, desse modo, “semear palavras” que fortaleçam modos de vida de povos e comunidades, afirmem princípios emancipatórios e enfraqueçam as narrativas coloniais que pregam o desenraizamento e difundem uma compreensão dos territórios tradicionais como atrasados e/ou vazios sociais e territoriais, como afirma Santos (2023).

As ações da “Escola de Educação Popular no Corredor Carajás” são realizadas a partir do diálogo de saberes que envolvem as práticas de estudo, pesquisa e extensão universitária, bem como as trajetórias, os saberes e as práticas dos povos e comunidades tradicionais no MA. Opera num compartilhamento de ideias, experiências, tecnologias entre professores, estudantes, ativistas, lideranças e a juventude dos territórios. Os participantes vivenciam a relação educando-educador e educador-educando como experiência formativa e prática política na construção de uma proposta de formação pensada com as comunidades.

Em um contexto de expansão neoliberal, de acirramento das formas de exploração do homem e da natureza e de um crescente individualismo, as vivências da Escola de Educação Popular contribuem no fortalecimento de ações que permitam ampliar ou fortalecer leituras dessa realidade social contraditória, complexa e violenta na qual estamos inseridos, além de fortalecer e pensar estratégias de vida e processos de resistência em lugares perpassados por grandes empreendimentos. Dessa forma, busca conseguir que a “vivência do saber compartido [crie a] experiência do poder compartilhado” (Brandão, 1983, p. 98).

As experiências partilhadas durante a execução do projeto permitem reflexões sobre processos formativos que envolvem jovens que vivenciam situações de conflitos em territórios perpassados por empreendimentos desenvolvimentistas na Amazônia Oriental, especialmente no MA, e, dessa forma, contribuem para pensar a educação popular nesses contextos, tendo como orientação que “quando as juventudes se articulam, a esperança no futuro se renova” (JnT; Gedmma, 2021).

As provocações de lideranças comunitárias de povos e comunidades tradicionais da Amazônia maranhense que levaram ao nascimento do projeto de extensão universitária se deram durante o “Seminário Internacional Carajás 30 anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia Oriental”, ocorrido entre os dias 5 e 9 de maio de 2014, em São Luís/MA. O evento reuniu movimentos sociais e comunitários, sindicatos, pastorais da igreja católica, programas de pós-graduação e grupos de pesquisa de

universidades de vários estados brasileiros, além de representações de 11 países e de 11 povos indígenas situados no Brasil. Foi precedido por quatro seminários preparatórios locais: em Imperatriz/MA (16 a 18 de outubro de 2013); em Santa Inês/MA (20 a 22 de março de 2014); em Marabá/PA (21 a 23 de março de 2014); e, por fim, em Belém/PA (9 a 11 de abril de 2014).

Os processos de articulação e realização do Seminário constituíram-se em espaços de reflexão nos quais muitas situações de violência relacionadas à existência de projetos de desenvolvimento e empreendimentos (como portos, ferrovias, hidrelétricas, expansão de siderúrgicas) foram denunciadas: acentuado desmatamento da floresta, fonte de vida e alimentos; várias formas de poluição das águas, do ar e do solo; rachaduras de casas; atropelamentos nas vias férreas; queimaduras pela munha (resíduo incandescente do minério de ferro); expulsões (Almeida, 2014; Araujo; Novaes, 2014; Castro, 2014; Reis, 2014) em uma região em que vivem os povos indígenas, os quilombolas, os ribeirinhos, as quebradeiras de coco e assentados da reforma agrária, que lutam pela garantia de seus modos de vida e da natureza, encontrando-se em situações gradualmente intensas de conflitos socioambientais e territoriais (Acselrad, 2004; Zhouri; Laschefski; Pereira, 2005; Fleury; Barbosa; Sant'Ana Júnior, 2017).

Ademais, o Seminário possibilitou um importante debate sobre os destinos da Amazônia Oriental e das violências contra povos e comunidades tradicionais. Destacou, além disso, as profundas, diversas e históricas formas de resistência presentes nas comunidades quilombolas, nos povos indígenas, nos assentamentos de reforma agrária e nas comunidades ribeirinhas de pescadores e quebradeiras de coco, que têm suas vidas e seus territórios atravessados pela EFC – eixo central do Corredor Carajás, que afeta municípios dos Estados do MA e do PA.

As reflexões tecidas acerca dos atravessamentos e efeitos sociais, históricos, políticos, econômicos, culturais e ambientais advindos do Programa Grande Carajás (PGC) – ainda que o programa tenha sido oficialmente extinguido em 1992 – suscitaram demandas de espaços formativos voltados para o fortalecimento das resistências de povos e comunidades tradicionais frente às infraestruturas que permaneceram como consequência do programa e dos novos projetos desenvolvimentistas, que passaram a compor um importante corredor para exportação de *commodities*⁴ minerais, florestais e agrícolas – o Corredor Carajás.

⁴ *Commodity* e seu plural *commodities* são termos da língua inglesa utilizados para fazer referência a produtos básicos negociados no mercado, como petróleo, minério de ferro, madeira, pasta de celulose e soja. A literatura especializada brasileira os mantém, uma vez que não existe uma tradução adequada na língua portuguesa.

O “Seminário Internacional Carajás 30 anos” evidenciou um legado de violações de direitos humanos, sociais e ambientais por parte dos empreendimentos agropecuários, florestais, industriais e de infraestruturas, desde a década de 1970, quando começaram as primeiras iniciativas do que viria a ser o PGC. A leitura do “desenvolvimento” como um dispositivo de poder (Escobar, 2007) que se colocou vorazmente sobre os territórios tradicionais, apagando histórias locais e provocando intensas transformações, evidenciou-se nas múltiplas falas realizadas durante o evento. Entre as demandas e reivindicações de lideranças comunitárias e ativistas, a formação com os jovens de comunidades afetadas surgiu para potencializar as discussões, percorrer territórios, fortalecer memórias, propagar vozes silenciadas e pensar a luta. Conhecer processos que envolvem uma geopolítica de exploração, sentir e compartilhar experiências de enfrentamento, entender as histórias, mudanças e ameaças às vidas e aos territórios surgiram como necessidade de conhecimento político partilhado.

As comunidades e os povos atingidos constantemente têm seus direitos sociais e territoriais violados por novos empreendimentos de grupos econômicos nacionais e estrangeiros, bem como pelo próprio Estado. Os empreendimentos são publicizados como “políticas de emprego”, como caminho necessário ao desenvolvimento de um estado com um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁵. Além disso, há diversos fatores que contribuem para a ampliação e consolidação de um cenário de violência, exploração e desrespeito aos modos de vida nas localidades afetadas, como as dificuldades de acesso a informações sobre obras, direitos, prazos; a ação de empresas e do Estado que seguidamente simplificam os procedimentos de licenciamento e fiscalização; a ausência de processos formativos em relação aos complexos contextos econômicos e políticos que enfrentam.

O curso de formação se constituiu, portanto, num desafio ao Gedmma, em parceria com a JnT, para assumir um compromisso frente às questões levantadas no Seminário Carajás. A partir desse momento, foram realizados processos formativos com três turmas de jovens entre 2014 e 2024. Logo, o objetivo deste artigo foi traçar reflexões sobre a execução do projeto de educação popular, sobre caminhos e escutas, fortalezas e desafios, a partir da trajetória de encontros, de processos partilhados que nos atravessam, de experiências dos territórios, dos esforços de jovens por sentir, compreender e agir diante dos conflitos.

Para tanto, nos baseamos no acompanhamento direto da preparação e execução dos processos formativos, do exame do material pedagógico, dos relatos produzidos a cada

⁵ Segundo o Relatório Especial de 2023 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), no ano de 2021, o MA tinha o pior IDH entre todas as unidades da federação brasileira (Pnud, 2024).

encontro e dos relatórios gerais elaborados pela equipe. A educação popular é pensada como uma possibilidade de potencializar e aumentar a pluralidade de vozes que ecoam dos conflitos, do fortalecimento de memórias das lutas que os territórios travaram, do compartilhamento de experiências pelos jovens, da socialização de trabalhos de pesquisa e investigação sobre temáticas afins, e, por fim, de construção de possibilidades de saberes partilhados, que dão sentido a outras possibilidades de pensar e viver.

O Programa Grande Carajás (PGC)

O PGC foi um desdobramento do “Projeto Ferro Carajás”, da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (hoje privatizada e autodenominada somente “Vale”), que visava garantir as condições infraestruturais para a exploração e o transporte das gigantescas jazidas de minério de ferro do sudeste do PA, além de projetar uma diversidade de ações de exploração e integração econômica da região amazônica às dinâmicas do capitalismo brasileiro e mundial. O PGC visava ser um programa de ação centrado na mineração e siderurgia, mas que atuasse como catalisador de “desenvolvimento regional”, cujo raio de ação compreenderia parte considerável da Amazônia Oriental, envolvendo o sudeste do PA, o norte do TO (à época, ainda, Goiás – GO) e o sudoeste do MA.

As atividades relacionadas ao Programa compreendiam as mais variadas formas produtivas, que foram implantadas a partir de uma ampla rede de infraestrutura, com destaque para a EFC, inaugurada em 28 de fevereiro de 1985, e o Complexo Portuário de São Luís (CPSL), constituindo, assim, um sistema mina-ferrovia-porto. Outrossim, no âmbito dos empreendimentos realizados, foi criada uma extensa malha de rodovias, vários aeroportos e grandes hidrelétricas, com destaque para a Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins. Esse modelo previa, ainda, que a industrialização e tecnificação das práticas agrícolas e minerárias seriam importantes instrumentos para a modernização do país e, concomitante e associadamente, para a integração da Amazônia à dinâmica econômica nacional e internacional (Bunker, 1988; Cardoso; Müller, 1977; Sant’Ana Júnior, 2004).

Para sua execução, uma grande área de terras da Amazônia Oriental foi destinada para a exploração mineral, siderúrgica, agropecuária e florestal. Ao ser considerada uma região privilegiada para a exploração mineral e instalação de logística ferroviária e portuária, muitos povoados e comunidades ali situados foram invisibilizados e deslocados, tendo seus territórios ocultados em mapas oficiais, que sinalizavam grandes vazios demográficos, sociais e territoriais.

Nesse contexto, a presença de um campesinato secular, de povos indígenas e comunidades quilombolas, foi marcada por processos de resistência e pelos conflitos territoriais e socioambientais (Acselrad, 2004; Zhouri; Laschefski; Pereira, 2005; Fleury; Barbosa; Sant’Ana Júnior, 2017). A época é referida por alguns anciões de povos e comunidades tradicionais – por exemplo, “Seu Justo Evangelista”, liderança quilombola do Município de Itapecuru-Mirim/MA (Brustolin; Sant’Ana Júnior, 2024) – como o “tempo maior da grilagem”. Nesse horizonte, as ações realizadas pelas instituições públicas apareceram na publicação “Conflitos”, no Campo Brasil 1985, da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 1985), como um ato de “terrorismo de Estado”, representando tamanha violência cometida com o envolvimento do Estado brasileiro.

Em parte considerável da Amazônia Oriental contemporânea, os processos de instalação de projetos de desenvolvimento e de suas consequências socioambientais são desdobramentos do modelo de desenvolvimento instalado pelo PGC, decorrente dos governos ditoriais após o Golpe Militar de 1964. Desse modo, tiveram a ativa participação da iniciativa privada, brasileira e internacional, e de grandes agências nacionais e internacionais de financiamento. Apesar de ter sido oficialmente extinto entre 1991 e 1992, o PGC provocou modificações profundas na região, como intensas alterações nos biomas e paisagens; suas consequências continuam presentes na vida cotidiana de cidades, povoados rurais, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e grupos sociais tradicionais. No Estado do MA, 24 municípios estão sob influência da EFC, do Complexo Portuário de São Luís e das siderúrgicas, apresentando problemas estruturais fomentados ou intensificados a partir da implantação desses grandes projetos de desenvolvimento.

Nesse contexto, projetos de infraestrutura planejados nos governos ditoriais e não implantados ou parcialmente implantados, em grande parte, são retomados e intensificados ao longo do tempo; enquanto isso, novos projetos e programas vinculados às estruturas existentes estão em execução, envolvendo agências governamentais e privadas. Desde 2010, no Corredor Carajás, foi duplicada a EFC na longa extensão do PA até a região portuária de São Luís/MA, como desdobramento do Projeto S11D, de exploração de uma nova mina de ferro em Canaã dos Carajás/PA, duplicando a capacidade de exploração do minério na região; está em andamento a duplicação da Rodovia Federal BR-135, relacionada à expansão da fronteira agropecuária para o norte e nordeste brasileiros. Ademais, foram iniciadas negociações e obras para dois grandes novos portos nas margens da Baía de São Marcos, o Porto São Luís – na capital maranhense –, e um Porto em Cajual – no município de

Alcântara/MA –, além de serem previstas uma nova ferrovia e a ampliação de portos públicos e privados.

Nos contextos brasileiro e internacional, considerando todas as mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas desde o final dos anos 1970, que não permitem afirmar a continuidade do modelo de desenvolvimento concebido no período ditatorial, não se pode ignorar a formação de um consenso de *commodities* nos governos latino-americanos, como discutido por Svampa (2019, p. 36), “baseado na exportação em larga escala de bens primários, no crescimento econômico e na expansão do consumo”. Como consequência, o retorno e a afirmação do neoextrativismo como um desenvolvimento produtivista e lucrativo “levou à negação e à supressão das discussões de fundo sobre impactos sociais, ambientais, territoriais e políticos do neoextrativismo, assim como à desvalorização das mobilizações e dos projetos socioambientais emergentes” (Svampa, 2019, p. 36).

Desse modo, os jovens participantes da Escola de Educação Popular enfrentam cenários de lutas relacionadas à herança dos processos de implantação de empreendimentos na Amazônia Oriental, realizados a partir da década de 1970, sobre seus territórios e a intensificação da exploração mineral, além da expansão da fronteira agrícola que marca os dias atuais. Nesse contexto, a educação popular busca construir um espaço de reflexão apurada, de troca de experiências e de fortalecimento das resistências dos territórios em luta.

Um percurso de trocas, aprendizagens e lutas nas/com as comunidades

O projeto de extensão e curso, atualmente denominado “Cidadania, Direitos Humanos e Direitos da Natureza”, foi construído em diálogo com lideranças de povos e comunidades tradicionais em lutas territoriais e socioambientais no Estado do MA. Entre elas, destacam-se dona Ana⁶, de Santa Rosa dos Pretos – Itapecuru-Mirim/MA; Rose, de Sítio do Meio II – Santa Rita/MA; Antônio, da comunidade Taim, na zona rural de São Luís/MA; e, por fim, os jovens de comunidades tradicionais, a partir das vivências em territórios afetados pelo PGC, dos saberes que portam, das demandas que sentem frente aos desafios e violências que suas comunidades enfrentam e das leituras, ações políticas e pesquisas de organizações aliadas, como a JnT, o Gedmma e a CPT.

Entre as questões trazidas e colocadas no cenário que envolve a chegada de empreendimentos e fazendas nos povoados, destacam-se a mudança de não pescar mais com a

⁶ Os nomes utilizados neste artigo são fictícios.

beira da saia no igarapé atravessado pelos trilhos, não andar tranquila pelos caminhos que conduzem até a roça, ou se preocupar com os atropelamentos de carros ou trens quando as crianças vão para a escola, ter as terras drasticamente diminuídas pela grilagem, respirar o ar poluído das siderúrgicas e lutar pelo reassentamento. Ao pensarmos em conjunto, os casos narrados deixam de ser situações isoladas e localizadas para figurarem e serem compreendidas no âmbito de um importante projeto de morte que se coloca sobre as territorialidades negras, indígenas, camponesas e de pescadores artesanais.

A forma como os empreendimentos “chegam” precisa ser considerada a partir das estratégias de empresas e de organizações do Estado, muitas vezes carregadas com promessas e projetos de melhorias para a vida dos moradores, com a oferta de trabalho para alguns e, para outros, com a proposta de construção de um ambiente “mais desenvolvido”. Quando essas promessas não são suficientes para conquistar adesão ou minar resistências, essas empresas e organizações recorrem à violência de tratores, caminhões e pistoleiros. As conversas, investidas ou “ataques”, como classifica a liderança quilombola Ana, apresentam-se sempre acompanhadas da desqualificação dos modos de vida locais, da classificação das práticas camponesas como “atrasadas” ou da desqualificação da relação com a terra, majoritariamente associada como “invasora”. Além disso, evidenciam-se “humilhações” nas audiências públicas, judiciais e em várias reuniões – quando elas ocorrem –, como relata seu Esequiel, morador do quilombo Retiro São João da Mata, em Anajatuba/MA.

Nesse contexto, caracterizado pela instalação de um grande projeto de desenvolvimento no período ditatorial e da posterior formação de um corredor para exportações das principais *commodities* agrícolas e minerais do país, especialmente sobre territórios tradicionais, o curso em “Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental” foi pensado e organizado. Tratou-se de um movimento contra a homogeneização provocada por um pretenso “consenso de *commodities*”, que guia para uma direção oposta à da autonomia produtiva e organizacional das comunidades e a uma relação respeitosa com a natureza de seus territórios.

Dessa forma, percorrer os caminhos das comunidades, ouvir as vivências das lutas, ver as roças, as águas e as estruturas de ferro se tornaram práticas centrais para a produção de um conhecimento no qual as experiências possam ser articuladas e novas alianças construídas, faz com que consensos sobre um destino único possam ser desconstruídos. O curso foi pensado, então, a partir de uma perspectiva de educação popular decolonial em que se tornam centrais “prácticas políticas, epistémicas, vivenciales y existenciales que luchan por transformar los patrones de poder y los principios sobre los cuales el conocimiento, la humanidad y la

existencia misma han sido circunscritos, controlados y subyugados”⁷ (Walsh, 2013, p. 29). Logo, a educação popular aparece relacionada às “prácticas, estrategias y metodologías que se entrelazan con y se construyen tanto en la resistencia y la oposición, como en la insurgencia, el cimarronaje, la afirmación, la re-existencia y la re-humanización”⁸ (Walsh, 2013, p. 29).

O curso foi implementado por meio de encontros realizados nas comunidades, de forma itinerante, para que se pudesse ouvir e sentir os atravessamentos e as lutas. Inicialmente, pensamos em encontros com intervalos de dois meses, cada um deles em uma comunidade que integra o projeto de extensão, para tecer construções acerca dos modos de vida e resistência, objetivando que as comunidades de pertencimento dos jovens participassem daquele momento e que eles sentissem e visualizassem as questões que os colegas vivenciavam. Contudo, nem sempre conseguimos manter a agenda de um encontro a cada dois meses e, muitas vezes, precisamos reorganizar as datas, embora tenhamos seguido um longo percurso formativo.

Nos dez anos de estrada, foram realizados processos formativos com três turmas de jovens, em quatro etapas distintas. Para a organização do curso, foi constituída uma Coordenação do Projeto de Extensão, formada por componentes do Gedmma e da JnT, envolvendo docentes, estudantes de graduação e pós-graduação, bem como educadores populares. É importante destacar que estudantes de graduação e pós-graduação, voluntários ou bolsistas, participam ativamente da Coordenação da Escola de Educação Popular e, portanto, de todos os momentos de organização logística, definição de conteúdos curriculares, divulgação das atividades e articulação dos cursistas, assumindo um claro protagonismo em todo o processo de realização das atividades; e, consequentemente, obtendo expressivos subsídios para sua formação profissional e cidadã. Em geral, a Coordenação se reunia anteriormente a cada encontro, quantas vezes fosse necessário, para fazer a programação do encontro, preparar recursos didáticos, escolher e convidar assessores, além de preparar a logística do momento (transporte, alimentação, hospedagem etc.). Após cada encontro, havia uma reunião de avaliação e de início da programação do próximo.

Durante os encontros, as temáticas foram trabalhadas por assessores: lideranças comunitárias, ativistas sociais, pesquisadores, professores, técnicos e, na última turma, excursistas escolhidos conforme seu domínio e engajamento na temática a ser trabalhada. Os

⁷ Tradução livre, elaborada pelos autores: “prácticas políticas, epistêmicas, vivenciais e existenciais que lutam para transformar os padrões de poder e os princípios sobre os quais o conhecimento, a humanidade e a própria existência têm sido circunscritos, controlados e subjugados”.

⁸ Tradução livre, elaborada pelos autores: “prácticas, estratégias e metodologias que se entrelazam com e se constroem tanto na resistência e na oposição, quanto na insurgência, no quilombismo, na afirmação, na re-existencia e na re-humanização”.

cursistas dos territórios que recebem o curso eram desafiados a organizar o encontro junto às suas comunidades e à equipe de coordenação do projeto de extensão. Logo, deveriam mobilizar as comunidades para acolhimento em igrejas, escolas e casas; pensar questões voltadas à cozinha; escolher os lugares de visitação; chamar as lideranças das comunidades para compor o encontro e fazer falas. São, então, fundamentais para o bom funcionamento do encontro e desenvolvem importantes aprendizados quanto à organização de eventos semelhantes. Similarmente, os demais participantes precisaram estar atentos ao chegar nos territórios, ter respeito, saber ouvir e zelar pelo lugar.

O percurso

Na primeira etapa do curso, ocorrida entre novembro de 2014 e outubro de 2016, 40 pessoas participaram do percurso formativo, em sua maioria jovens. No entanto, algumas lideranças de idade superior foram convidadas a dar suporte político e afetivo às atividades. Com a mesma turma de cursistas, foi montada a segunda etapa para o ano de 2017 e os trabalhos foram finalizados em dezembro daquele ano.

Estiveram presentes jovens de povos e comunidades situadas ao longo do Corredor Carajás, por exemplo: comunidades do Taim e do Cajueiro (São Luís/MA), formadas por pescadores artesanais e agricultores que resistem à expansão portuária; comunidades do Sítio do Meio e quilombo Outeiro dos Pires (Santa Rita/MA); comunidades quilombolas do Retiro São João da Mata, Santa Rosa dos Pretos e Mata dos Pires (Itapecuru-Mirim/MA); comunidade do Capim-Açu (Arari/MA); assentamento Vila Diamante (Igarapé do Meio/MA); sede do município e Vila Ildemar (Buriticupu/MA); sede do município e comunidade Piquiá de Baixo (Açailândia/MA); terra indígena Pindaré, por meio das Aldeias Tabocal e Januária (Bom Jardim/MA).

As temáticas trabalhadas com a primeira turma do curso foram pensadas e definidas no primeiro encontro com os jovens, realizado na Comunidade do Taim, em São Luís/MA. Nesse sentido, no Quadro 1, estão expostos os encontros e as temáticas trabalhadas:

Quadro 1 – Encontros, comunidades e temáticas da primeira turma do curso em “Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental”

Período	Comunidade	Temática
Primeira Etapa		
6/12/2014 e 7/12/2014	Comunidade do Taim – São Luís/MA	Apresentação do curso; definição dos temas
21/3/2015 e 22/3/2015	Assentamento Boca da Mata – Arari/MA	Estrutura agrária
23/5/2015 e 24/5/2015	Assentamento Vila Diamante – Igarapé do Meio/MA	Resistência coletiva e mobilização interna
22/8/2015 e 23/8/2015	Comunidade Sítio do Meio – Santa Rita/MA	Justiça e seus aparelhos
11/11/2015 a 13/11/2015	UFMA – São Luís/MA → Participação no “IV Seminário de Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente”	Apresentação de trabalhos por equipes formadas por cursistas e assessoradas pela Coordenação do Projeto de Extensão
5/12/2015 e 6/12/2015	Quilombo Santa Rosa dos Pretos – Itapecuru-Mirim/MA	Gênero e diversidade sexual
2/4/2016 e 3/4/2016	Comunidade Verona – Buriticupu/MA; Bom Jesus das Selvas (MA)	Juventude e infância
4/6/2016 e 5/6/2016	Sede do Município de Santa Rita/MA	Meios de comunicação
6/8/2016 e 7/8/2016	Comunidade Piquiá de Baixo – Açaílândia/MA	Estado e políticas públicas
14/10/2016 e 15/10/2016	UFMA e Comunidade do Taim – São Luís/MA	Seminário de encerramento da primeira etapa do curso, sendo o “I Seminário de Conflitos Ambientais em Territórios do Corredor Carajás: Vivências, Saberes e Resistências”; reunião de avaliação e planejamento de continuidades
Segunda Etapa		
17/3/2017 a 19/3/2017	Comunidade Cajueiro – São Luís/MA	Elaboração de projetos comunitários
5/5/2017 a 7/5/2017	Piquia de Baixo – Açaílândia/MA	Manifestações Culturais
9/6/2017 a 11/6/2017	Terra indígena Rio Pindaré, Aldeia Piçarra Preta – Bom Jardim/MA	Comunicação Audiovisual

Fonte: relatórios gerais do projeto de extensão (2014-2018).

A passos lentos na segunda turma

A segunda turma iniciou seus trabalhos em 2018, integrando a terceira etapa do curso. Para essa etapa, ficou decidido que, devido aos limites financeiros e às dificuldades de deslocamento de cursistas ao longo de todo o Corredor Carajás, o curso seria dividido em duas turmas – uma envolveria jovens de comunidades localizadas mais ao sul do Estado do MA, nos municípios de Açaílândia/MA e Buriticupu/MA, e a outra, por sua vez, foi formada por jovens de comunidades localizadas ao norte do MA, inicialmente nos municípios de São

Luís/MA (zona rural), Santa Rita/MA, Itapecuru-Mirim/MA, Arari/MA, Igarapé do Meio/MA e Santa Inês/MA. Posteriormente, foi ampliada com participantes de comunidades dos municípios de Anajatuba/MA, Bom Jardim/MA e Vargem Grande/MA. A turma localizada mais ao sul do Maranhão foi organizada pelo escritório da JnT, localizado em Açailândia/MA. Enquanto isso, a turma formada por jovens de comunidades ao norte ficou sob o encargo do Gedmma e do escritório de São Luís/MA da JnT.

Essas turmas funcionaram separadamente até o início de 2021, mas o formato precisou ser revisto a partir de março de 2020, devido à pandemia de Covid-19. De imediato, os trabalhos foram interrompidos, pois verificou-se não ser possível a realização dos encontros presenciais e as informações oficiais sobre a pandemia ainda eram muito desencontradas. Diante da constatação de que não haveria possibilidade de retomada imediata dos encontros presenciais, a partir do final do mês de junho de 2020, os encontros ocorreram remotamente em busca dos formatos mais adequados para sua continuidade. Com as atividades realizadas em formato remoto, não se justificava mais a separação entre as turmas do sul e norte do Corredor Carajás. Desse modo, a partir do primeiro semestre de 2021, as turmas foram unificadas e as atividades planejadas e realizadas conjuntamente.

Quadro 2 – Encontros, comunidades e temáticas da segunda turma do curso em “Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental”

Período	Comunidade	Temática
Encontros presenciais		
1/12/2017 a 3/12/2017	Itapera – São Luís/MA	Formação política no MA como estratégia de fortalecimento das comunidades atingidas pela EFC
27/4/2018 a 29/4/2018	Comunidade Capotal – Anajatuba/MA	Política, política partidária e direitos humanos
31/8/2018 a 3/9/2018	Aldeia Tabocal – terra indígena Rio Pindaré – Bom Jardim/MA	Povos e Comunidades Tradicionais na luta pelos direitos humanos
12/4/2019 a 14/4/2019	Comunidade Vila Diamante – Igarapé do Meio/MA	Comunicação e acesso à informação
5/7/2019 a 7/7/2019	São Luís/MA – atividades nas comunidades da zona rural do Taim e Cajeiro, bem como no Quilombo Urbano da Liberdade	Espaço de diálogos e estratégias de resistência
27/9/2019 a 29/9/2019	Comunidade Quilombola Santa Rosa dos Pretos – Itapecuru-Mirim/MA	Direitos Humanos x empresas. A comunicação como ferramenta de construção do bem-viver
Encontros virtuais		
29/6/2020 a 3/7/2020	Virtual	Semana de diálogos insurgentes
29/8/2020 e 30/8/2020	Virtual	Racismo ambiental

26/9/2020	Virtual	Violência, sofrimentos e conquistas nos processos de lutas
31/10/2020	Virtual	Direitos humanos e empresas
28/11/2020	Virtual	História e memórias de luta
16/12/2020 a 18/12/2020	Virtual	I Colóquio Internacional Frente Megaprojetos e Lógicas Hegemônicas: diálogos entre pesquisadores, ativistas e vozes subversivas; apresentação de trabalhos pelos cursistas
30/1/2021	Virtual	Estratégias de lutas comunitárias
15/3/2021 a 19/3/2021	Virtual	Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas – Povos, Comunidades, Natureza: insurgência frente ao extrativismo predatório
3/7/2021	Virtual	Pandemia de Covid-19 e os cuidados com a saúde mental
17/7/2021	Virtual	Água: direitos de todos, território, vida e ancestralidade
21/8/2021	Virtual	Cadeia de produção da Vale e Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem)
18/9/2021	Virtual	Unidades de Conservação e a luta em defesa dos territórios tradicionais e da natureza

Fonte: relatórios gerais do projeto de extensão (2017-2022).

Recompondo forças na terceira turma

A partir de 2022, foi iniciada a formação com a terceira turma do curso, composta por cursistas da comunidade do Rio dos Cachorros (São Luís/MA); da comunidade Sítio do Meio (Santa Rita/MA); dos quilombos Santa Rosa dos Pretos, Santa Helena, Monge Belo e Santa Joana (Itapecuru-Mirim/MA); da terra indígena Rio Pindaré/aldeia Piçarra Preta (Bom Jardim/MA); da terra indígena Caru/aldeia Massaranduba (Bom Jardim/MA e São João do Caru/MA); da Vila União (Buriticupu/MA); do assentamento Vila Diamante (Igarapé do Meio/MA); da comunidade Piquiá de Baixo, do assentamento Francisco Romão e do acampamento Agroplanalto (Açailândia/MA). A grande maioria dessas comunidades enfrenta atravessamentos de construções ligadas aos projetos de expansão do capital, envolvendo a EFC, as rodovias federais e estaduais e os linhões de energia elétrica, os quais se desdobram em atravessamentos profundos de seus modos de vida.

Os encontros com essa turma iniciaram-se num período em que ainda havia incertezas com relação às possibilidades de realização de encontros presenciais, pois se viviam ondas recorrentes da pandemia de Covid-19. Assim, os dois primeiros encontros ocorreram no formato híbrido, com transmissão pela *internet*, via *Google Meet*, mas com reunião de participantes de várias comunidades em um local com bom acesso à rede de computadores.

Quadro 3 – Encontros, comunidades e temáticas da terceira turma do curso em Cidadania, Direitos Humanos e Educação Ambiental

Período	Comunidade	Temática
Encontros híbridos		
28/3/2022	Casa das Mulheres Sementes da Terra – Açailândia/MA Casa Amarela – Açailândia/MA Casa dos Conselhos – Buriticupu/MA Sede da Uniquita – Itapecuru-Mirim/MA	Início dos trabalhos da terceira turma; discussão e aprovação da programação dos encontros
09/7/2022	Casa das Mulheres Sementes da Terra – Açailândia/MA Casa Amarela – Açailândia/MA	Eleições e conjuntura política
Encontros presenciais		
9/9/2022 a 11/9/2022	Comunidade Santa Joana – território quilombola Santa Maria dos Pretos – Itapecuru-Mirim/MA	Eleições e perfil dos candidatos, partidos e programas
10/11/2022 a 13/11/2022	Comunidade Santa Rosa dos Pretos – Itapecuru-Mirim/MA	Festejo do Divino Espírito Santo
10/2/2023 a 12/2/2023	Aldeia Piçarra Preta – terra indígena Rio Pindaré – Bom Jardim/MA	Comunicação e ativismo
14/4/2023 a 16/4/2023	Escola Municipal José de Anchieta – Vila União – Buriticupu/MA	A crise ambiental e civilizacional
21/6/2023 a 23/6/2023	XVII Encontro Humanístico Local: Centro de Ciências Humanas da UFMA – São Luís/MA	Ciências, humanidades e reconstrução democrática
15/9/2023 a 17/9/2023	Assentamento Vila Diamante – Igarapé do Meio/MA	Oficina de teatro e resistência
27/10/2023 a 29/10/2023	Aldeia Maçaranduba, terra indígena Caru – Bom Jardim/MA	Organização política, solidariedade e composição de coletivos
1/3/2024 a 3/3/2024	Sítio do Meio II – Santa Rita/MA	Oficina sobre Cfem
11/4/2024 a 14/4/2024	Igreja São José – Piquiá de Baixo – Açailândia/MA	Manobras fiscais na mineração; injustiça fiscal da Vale e seus efeitos nos municípios minerados
24/5/2024 a 26/5/2024	Sítio de Jercenilde – Comunidade Itapera – São Luís/MA	Seminário de Encerramento da turma de Educação Popular (2022-2024)

Fonte: relatórios gerais do projeto de extensão (2022-2024).

Os desafios de construções coletivas, anticapitalistas, antipatriarcais e anticoloniais

As problemáticas trabalhadas durante os encontros de formação estiveram relacionadas aos processos de exploração que incidem sobre os territórios tradicionais de povos e comunidades no Estado do MA em suas diversas dinâmicas: a atuação de empresas e do Estado, as políticas públicas, a questão agrária, as situações de violência, as manobras fiscais. Em geral, surgiram das experiências dos jovens, das lutas dos territórios afetados, dos

processos de resistência, das formas produtivas, das relações com a natureza e com o espiritual.

Em linhas gerais, os desafios do processo formativo são diversos, desde a abordagem de temas importantes para as lutas até a permissão de que os jovens apresentem questões que lhes aflijam e expressem seus desejos. Um dos desafios encontrados está relacionado à possibilidade de dialogar a partir de conhecimentos e experiências que esses jovens portam, mas que foram profundamente negados em situações de confronto, em processos educacionais colonialistas e/ou nas relações estabelecidas com ações, desenvolvidas a partir dos grandes empreendimentos.

Ademais, situações de humilhação relatadas nos encontros revelam tentativas de produzir nos jovens a negação de seus laços de pertencimento e da importância de seu território. A menção à hierarquia nas falas e nos projetos configura uma narrativa comum dos confrontamentos com os quais os jovens se deparam. Nesse contexto, Vani – cursista da terra indígena Pindaré – relatou em um dos encontros que determinado agente de uma organização contratada para fazer ações de mitigação ambiental em sua terra foi indagado por uma anciã, que lhe questionou se não esperaria para plantar na “lua certa”. Em resposta, o agente disse-lhe que se planta “na terra e não na lua”.

A narrativa apresentada por Vani permite pensar a experiência de uma violência presente nas relações entre povos e mediadores sociais relacionados a empresas e ao Estado, que descaracteriza saberes, humilha e silencia vozes. A partilha dessa fala permite deslocá-la do momento do acontecimento para situá-la na reflexão do lugar em que são colocados povos e comunidades tradicionais, como uma estratégia política de subjugação e os confrontamentos a serem realizados.

Nesse horizonte, a implementação de projetos desenvolvimentistas é, constantemente, carregada de promessas que fomentam a esperança de trabalhos, renda, cuidados e preservação ambiental. Mais do que “um mal necessário” para o progresso, se apresenta como um “convite” a entrar na construção de uma organização política e econômica que se apresenta como mais avançada e melhor que os modos de vida de povos e comunidades tradicionais, fazendo jus a um processo civilizatório que os subjuga.

Os estágios distintos de envolvimento com a atuação política nas comunidades foram fatores importantes nas trocas permeadas por relações de responsabilidade e respeito. “Somos jovens que viemos de territórios impactados e estamos aqui para pensar nisso!” (Delma, 2023), dizia uma das cursistas ao convidar a todos para a escuta. Nesse sentido, as experiências do outro, a coragem de relatar situações vividas, bem como a escuta atenta,

constituem trocas e aprendizados intensos que operam na construção de possibilidades de pensar e agir.

Em 2023, durante o Encontro Humanístico realizado na UFMA, Delma – também pertencente à terra indígena Pindaré e participante da segunda e terceira turma – mencionou a estranheza dos primeiros encontros, principalmente pela postura de alguns jovens. Além disso, ressaltou o aprendizado da vivência:

Quando eu tive esse primeiro contato com a “Formação Política”, foi algo assim... estranho, que eu não gostei muito, porque eu vi que eram jovens que tinham opiniões, que eram eles mesmos. [...] Nesse primeiro momento, eu não gostei muito, eram jovens que estavam dispostos a lutar... foi algo assim, meio estranho, mas aí, depois disso... eu comecei a participar mais, mesmo não gostando. A primeira pessoa da minha família foi o Nando, que participou da primeira turma. Sempre, até hoje, a gente tem sempre esse diálogo... ele falava como era, o que acontecia e, aí, conversando com meus pais, sabendo mais das minhas origens, acabei me encontrando e sabendo para onde eu tinha que ir. [...] Hoje, eu estou aqui, assim como esses jovens... com essa sede, com essa vontade de mudar o sistema, de me incluir. Hoje, estou aqui [com sede] de estar lutando, porque já teve outros que me antecederam que estiveram em espaços como esses (não nesse), em defesa de seu território e de sua cultura (Delma, 2023).

Muitas situações vivenciadas na formação com os jovens remetem à importância da experiência, da escuta, da troca e do tempo para formação. Durante a primeira turma de formação, eclodiu um grave conflito no território de Cajueiro, na zona rural de São Luís/MA, decorrente do início do processo de licenciamento para a construção de um porto privado, com capital chinês – o Porto São Luís. Com o agendamento de uma ordem de despejo que atingiria mais de 30 famílias da comunidade, uma série de estratégias de resistência foi realizada por lideranças comunitárias e organizações aliadas (como a CPT, a Associação Agroecológica Tijupá, o Gedmma, o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), entre outras).

No bojo dos conflitos, quando representantes da comunidade e das organizações ocuparam a sede da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular do Estado do Maranhão, uma jovem liderança, cursista da formação, assumiu um importante protagonismo. A jovem, sem experiência de engajamento em movimentos (como outros jovens do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) ou das organizações quilombolas), havia participado de muitos encontros da formação, mas pouco falava ou se posicionava durante as vivências. O posicionamento ativo da jovem no contexto de luta nos permite refletir sobre a importância das trocas e dos processos de amadurecimento para além do

espaço formativo em si, bem como as constatações que realizamos durante os encontros, mas como potencial a ser acionado e desenvolvido a partir da trajetória de luta de seu território.

Reativar memórias silenciadas ou desqualificadas sobre os processos de luta pela permanência na terra também se constitui como importante estratégia de fortalecimento das pessoas participantes das turmas. Conversar com anciões e falar sobre suas histórias permite enxergar e reelaborar as memórias, pensar o direcionamento das lutas. Em um dos encontros, numa dinâmica de apresentação dos conflitos vivenciados em seus territórios, os cursistas Luís e Luciano – oriundos da comunidade Santa Helena, de Itapecuru-Mirim/MA – apresentaram *slides* de afetos e lutas do seu território até chegar, então, à apresentação de um *slide* vazio. O cenário de conflitos, bem como as fotos de casas e da natureza, deu lugar a um “não acontecimento”, indicando que ali não tinham políticas públicas, uma vez que elas não chegam aos quilombos de Itapecuru-Mirim/MA. Logo, os jovens problematizaram a atuação do Poder Público para com os quilombolas no município, com a constatação e apresentação da riqueza da vida no quilombo e do descaso, apresentados numa postura crítica de questionamento.

Desse modo, com o curso, almejou-se possibilitar trocas de formas criativas de se expressar, lutar e existir, bem como proporcionar um ambiente acadêmico para os cursistas partilharem suas dores e contarem suas histórias, numa perspectiva de troca de saberes e de possibilidade de ocupação desse espaço, mas, além disso, de crítica e ressignificação de suas vidas e lutas.

Seguimos na quarta turma, perspectivas de continuidade

A Escola de Educação Popular no “Corredor Carajás: Cidadania, Direitos Humanos e Direitos da Natureza” prosseguiu com o início da quarta turma, demonstrando fôlego e construindo novas pontes. Jovens universitários, juntamente com jovens e lideranças de territórios tradicionais, somaram forças no fortalecimento e na continuidade do processo formativo.

Entre os dias 22 e 24 de novembro de 2024, foi realizado o primeiro encontro da quarta turma, na comunidade Santa Rosa dos Pretos, município de Itapecuru-Mirim/MA. Entre os tópicos discutidos, esteve a grade curricular com escolha conjunta das temáticas a serem trabalhadas ao longo do curso, bem como o planejamento dos encontros a serem realizados no ano de 2025.

Nesse contexto, entre os dias 14 e 16 de fevereiro de 2025, foi realizado o segundo encontro da turma, no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Buriticupu/MA, com o tema “Conflitos Agrários/Territoriais”.

O terceiro encontro da turma, por sua vez, ocorreu entre os dias 25 e 27 de abril de 2025, na comunidade Itapera, na zona rural do município de São Luís/MA. O tema do encontro foi “Lançamento da campanha Resex Tauá-Mirim Já!”. Nesse encontro, além de momentos reflexivos sobre o conceito de Reserva Extrativista (Resex), os cursistas participaram do evento de lançamento da campanha de apoio à oficialização da Resex Tauá-Mirim, que busca garantir o controle e uso do território de doze comunidades da zona rural de São Luís/MA.

Entre os dias 4 e 6 de julho de 2025, houve o quarto encontro da turma no Assentamento Novo Oriente, município de Açaílândia/MA, cujo tema foi “Comunicação Popular – Processos de Lutas e Resistências das comunidades”.

O quinto encontro ocorreu entre os dias 26 e 28 de setembro de 2025, no Quilombo Rampa, no município de Vargem Grande/MA. O tema do encontro foi “Ancestralidade, Memórias e Força dos Territórios”, havendo um estudo sobre o “Protocolo de Consulta Prévia, Livre, Informada e de Boa Fé” a que têm direito os povos e comunidades tradicionais em situações provocadas por implantação de projetos econômicos que afetem seus territórios, segundo a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

No momento de escrita deste artigo, em 2025, a coordenação do projeto de extensão está preparando o sexto encontro da turma, previsto para acontecer entre os dias 5 e 7 de dezembro de 2025, na Vila União, no município de Buriticupu/MA, com o tema “COP30 e Cenários Eleitorais e Econômicos: Conhecendo os Atores e as Instituições”. Para o ano de 2026, estão previstos seis encontros com essa turma, com temas, datas e locais a serem definidos. Assim, com a realização desses encontros, se encerrará os trabalhos com a turma, enquanto outra turma será organizada para o biênio 2027/2028, dando continuidade ao projeto de extensão.

Considerações finais

Em linhas gerais, o projeto de extensão destacado neste texto configura-se exitoso. Há uma grande aceitação por parte das lideranças das comunidades participantes e percebe-se o forte envolvimento dos cursistas. O curso, por sua vez, tem contribuído para a emergência de

jovens lideranças locais e no seu preparo para enfrentar problemas, bem como apresentar demandas junto aos poderes públicos e empresariais.

Além disso, tem auxiliado fortemente no processo formativo de estudantes de graduação, mestrado e doutorado, que encontram nos processos formativos do projeto de extensão as possibilidades de inserção direta em realidades contraditórias, muitas vezes somente vislumbradas nas bibliografias especializadas. Esses processos têm contribuído para o aprofundamento da formação crítica desses estudantes.

A parceria entre Gedmma e JnT tem sido profícua, com mútuo aprendizado e garantindo o aporte de recursos financeiros para a realização dos encontros híbridos e presenciais. Os bons resultados obtidos no curso de formação levaram à continuidade do projeto de extensão, desejada tanto pela instituição parceira quanto pelas comunidades atendidas.

Por fim, os bons resultados do projeto de extensão podem ser constatados pelas oito premiações obtidas ao longo de sua história, nos Fóruns de Extensão da UFMA, e pelo 1º lugar no III Prêmio ANPOCS de Extensão Universitária em Ciências Sociais – Edição 2024, promovido pela Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs), estimulando a equipe a dar continuidade aos trabalhos.

Agradecimentos

Agradecemos ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001; do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do processo de n.º 406498/2023-7; da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), por meio do processo Universal-00962/22.

Referências

ACSELRAD, H. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 8-12. Disponível em: <https://conflitosambientais.org/wp-content/uploads/2023/06/Conflitos-Ambientais-no-Brasil-Acselrad-Henri.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

ALMEIDA, E. R. M. “Nos tempos da CVRD... eu vi índio carregando saco de dinheiro”. Memórias Tentehar sobre o Projeto Grande Carajás e relações interétnicas atuais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CARAJÁS 30 ANOS, 1., 2014, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: Edufma, 2014. p. 852-862.

ARAUJO, H. F. A.; NOVAES, J. S. Conflitos socioambientais na Amazônia: projetos de infraestrutura e agroindustriais e ações coletivas de povos e comunidades tradicionais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CARAJÁS 30 ANOS, 1., 2014, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: Edufma, 2014. p. 527-539.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRUSTOLIN, C.; SANTANA JÚNIOR, H. A. Seu Justo, um lavrador do “tempo maior da grilagem” à luta quilombola. **GeoUECE**, Fortaleza, v. 13, n. 25, p. e12792, 2024. DOI 10.52521/geouece.v13i25.12792. Acesso em: <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/12792>. Acesso em: 3 dez. 2025.

BUNKER, S. G. **Underdeveloping the Amazon**: extraction, unequal exchange, and the failure of the Modern State. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia**: expansão do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASTRO, R. A. Desenvolvimento regional no PGC atual: commodities, desindustrialização e repercussões socioambientais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CARAJÁS 30 ANOS, 1., 2014, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: EDUFMA, 2014. p. 954-965. Disponível em: <https://ptdocz.com/doc/874547/anais-do---semin%C3%A1rio-internacional-caraj%C3%A1s-30-anos>. Acesso em: 18 dez. 2025.

CPT. COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **1985**: conflitos de terra no Brasil. Goiânia: CPT, 1985. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/03/conflitos-no-campo-brasil-1985.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo**: construcción y desconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación editorial el perro y la rana, 2007.

FLEURY, L. C.; BARBOSA, R. S.; SANTANA JÚNIOR, H. A. Sociologia dos conflitos ambientais: desafios epistemológicos, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 11, p. 219-253, set.-dez. 2017. DOI 10.20336/rbs.227. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/328>. Acesso em: 3 dez. 2025.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1967.

JNT; GEDMMA. JUSTIÇA NOS TRILHOS; GRUPO DE ESTUDOS: DESENVOLVIMENTO, MODERNIDADE E MEIO AMBIENTE. **Trocar saberes, fortalecer a luta**: a experiência da Escola de Formação Política com jovens de comunidades afetadas pela indústria extractiva no Corredor Carajás, Maranhão. São Luís: JnT; Gedmma, 2021. Disponível em: <https://justicanostrilhos.org/wp-content/uploads/2022/08/Cartilha-Formacao-politica-JnT-Trocar-saberes-fortalecer-a-luta-2021-final-1.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

PNUD. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório especial 2023:** 25 anos: desenvolvimento humano no Brasil: construir caminhos, pactuando novos horizontes. Brasília: PNUD, 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/relatorio-especial-2023-25-anos-desenvolvimento-humano-no-brasil>. Acesso em: 3 dez. 2025.

REIS, W. S. A dinâmica urbana e regional da Amazônia Oriental: uma análise a partir das implicações socioespaciais da atividade siderúrgica na cidade de Açaílândia – MA. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CARAJÁS 30 ANOS, 1., 2014, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: EDUFMA, 2014. p. 692-709.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. **Florestania:** a saga acreana e os povos da floresta. Rio Branco: Edufac, 2004.

SANTANA JÚNIOR, H. A.; CARDOSO, R. M. O Programa Grande Carajás, seu sistema mina-ferrovia-porto e lutas territoriais no Maranhão – Amazônia Oriental – Brasil. In: SANDOVAL, J. M. et al. (org.). **Espacios globales para la expansión del capital transnacional en el continente americano.** Buenos Aires: Clacso; Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2020. p. 185-219. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20210624124528/Espacios-globales.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

SANTOS, A. B. **A terra dá, a terra quer.** São Paulo: Ubu, 2023.

SANTOS, L. P.; SILVA, M. N. **Trocar saberes, fortalecer a luta:** a experiência da Escola de Formação Política com jovens de comunidades afetadas pela indústria extractiva no Corredor Carajás, Maranhão: 2019-2021. São Luís: JnT; Gedmma, 2021.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya-Yala, 2013.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. Introdução: desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (org.). **A insustentável leveza da política ambiental:** desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 11-24. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/75256090/A-Insustentavel-Leveza-Da-Politica-Ambiental-Introducao>. Acesso em: 3 dez. 2025.

Submetido em 17 de março de 2025.
Aprovado em 25 de outubro de 2025.